

CPI tem provas contra secretário de Roriz

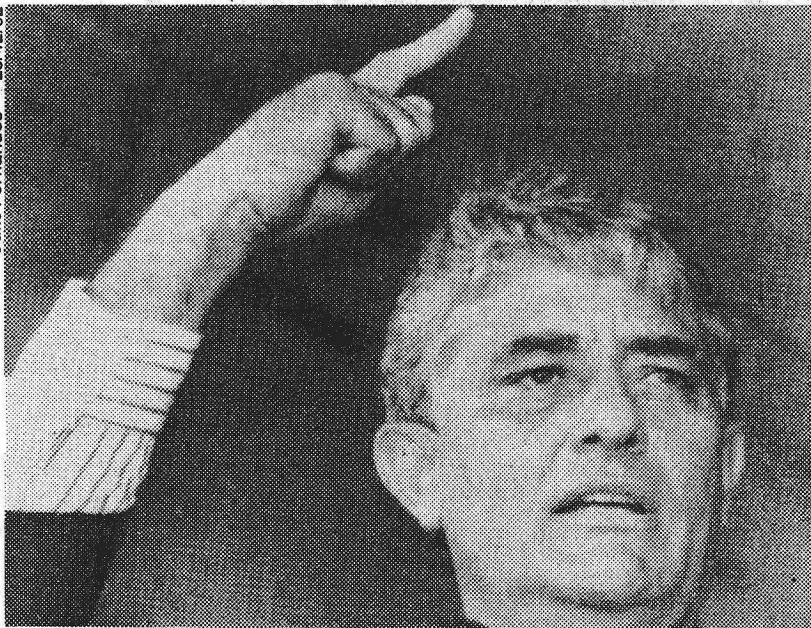
■ Comissão obtém informações sobre amplo esquema de corrupção com possível conexão com os escândalos PC e do Orçamento

AUGUSTO FONSECA E
MINO PEDROSA*

BRASÍLIA — Nas últimas 72 horas, a CPI do Orçamento obteve provas que apontam para a existência de um esquema de corrupção ligado a Fábio Simão, secretário particular do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com possíveis conexões com os escândalos do deputado João Alves (PPR-BA) e do foragido PC Farias. O esquema foi descoberto pela própria polícia de Brasília, numa investigação confidencial, batizada de *Operação Albatroz*. O governador disse ontem que ficou perplexo ao saber das denúncias no mês passado e mandou a polícia prosseguir as investigações sobre seu secretário, tratando o assunto "com rigor e urgência".

Em janeiro, o delegado de Entorpecentes da Polícia Civil de Brasília, Teodoro Rodrigues Pereira, obteve autorização judicial para *grampear* os telefones do proprietário da Via Brasil Táxi Aéreo, Leonilson Salvador Silva, para investigar denúncias de tráfico de cocaína e seqüestro. "Ao fim das investigações, não pudemos dizer se havia ou não envolvimento com essas denúncias. Em compensação, descobrimos um gigantesco esquema de corrupção no governo do DF", disse o delegado Teodoro Rodrigues,

Júlio Fernandes — 25/12/92



Roriz, que foi citado na fita como sócio de Leonilson: "É um absurdo"

em depoimento gravado na madrugada de domingo no apartamento do senador José Paulo Bisol (PSB-RS). A CPI obteve sábado à noite as fitas que foram encaminhadas à Justiça.

Telefonemas — O principal elo de ligação entre Leonilson e o governo do DF é o secretário-particular de Roriz, Fábio Simão, que aparece em diversos telefonemas intermediando negócios públicos com o empresário de aviação. A voz de Roriz não aparece no *grampo*, mas há diversas referências ao governador, em que ele chega a ser citado

como sócio de Leonilson na Via Brasil. Num diálogo, o empresário Alcides Ferreira, da empresa Sainel, também se refere a Roriz como sócio de Leonilson. O governador disse ontem que "é um absurdo" qualquer insinuação de que tem alguma sociedade com Leonilson. "Eu o vi umas duas vezes, no aeroporto, ao embarcar num avião", afirmou.

Na escuta telefônica e nas investigações da Polícia Civil foram encontrados dois fatos que estimularam a CPI do Orçamento a requisitar as fitas: a aquisição pela

Via Brasil do Lear Jet 55C prefixo PT-00W, que pertencia ao deputado João Alves, e uma conversa entre Leonilson e seu sobrinho, Lúcio Flávio da Silva Souza, em que Lúcio recomenda não mexer "nos dólares do Zé Carlos" porque era perigoso. Não se sabe ao certo se se tratava do economista José Carlos Alves dos Santos, mas a gravação ocorreu um dia depois que ele foi preso em flagrante com dólares falsos. Lúcio Flávio era operador do esquema PC, funcionário da Mundial Táxi Aéreo e conhecido como "o homem do celular" do piloto Jorge Bandeira de Mello, sócio de PC e foragido da Justiça.

Pistoleiro — Numa gravação de Teresa, mulher de Leonilson, com uma mulher conhecida como Leda Maria, que a polícia descobriu tratar-se de uma assessora de João Alves que tem a função de conseguir encontros amorosos para os prefeitos que negociam com o parlamentar, a mulher de Leonilson encomenda o serviço de um pistoleiro. "Você conhece alguém para fazer um serviço numa pessoa que está atrapalhando o esquema?", pergunta. "Conheço o Maranhão. E só estalar o dedo que ele traz para cá uns matadores da terra dele", respondeu Leda Maria. Teodoro descarta ter sido a encomenda do assassinato de Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, porque a gra-

vação é bem posterior ao desaparecimento da mulher de José Carlos.

Além disso, há nas fitas negociações para sublocar aviões da Itapoã Táxi Aéreo, de propriedade do deputado Pedro Irujo (PMDB-BA), e referências ao senador José Sarney (PMDB-AP), quando Leonilson deixa claro que trabalhou para sua campanha no Amapá e que está fazendo gestões para repetir o trabalho na campanha presidencial. Na época da eleição de Sarney ao Senado, Leonilson era gerente da Vega Táxi Aéreo, que teria prestado serviços à campanha.

Aviões — Um dos esquemas detectados pela Polícia Civil foi o de aluguel superfaturado de aviões da Via Brasil pelo Governo do Distrito Federal. A Via Brasil cobrava US\$ 600 a hora/vôo, enquanto a média de mercado era de US\$ 250. Como não tinha registro no Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), a Via Brasil não podia receber diretamente os pagamentos. Teria sido montada uma operação triangular envolvendo outras duas empresas de fachada de Leonilson, que funcionam no Ceasa de Brasília: a Safra e a Via Rural. A rede de supermercados SAB, teria pago o aluguel dos aviões às duas empresas, mediante notas frias, como se estivesse adquirindo produtos hortifrutigranjeiros.

Os contatos mais frequentes são com Fábio Simão e com o empresário Alcides Ferreira. No fim de 1991, Alcides teve prisão preventiva decretada pela juíza federal Selene Maria por causa de seu envolvimento no escândalo de vendas superfaturadas para o Ministério da Saúde na gestão de Alcenir Guerra. Segundo o delegado Teodoro Rodrigues, Alcides ficou escondido na casa de Leonilson, num esquema de proteção que envolveu o então diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e o segundo homem na hierarquia da Polícia Federal na época, delegado Oscar Camargo, indicado para o cargo pelo secretário-particular de Collor, Cláudio Vieira.

Fábio era interlocutor de Leonilson nos negócios com o governo do Distrito Federal e Alcides era operador na área do Governo Federal. Nas gravações, a Polícia Civil detectou que Alcides estava negociando a venda para o Ministério da Agricultura — na curta gestão de Nuri Andraus — de 300 galpões para armazenamento de grãos em Goiás e a venda de US\$ 11 milhões em vitaminas para o Ministério da Saúde. Os negócios não chegaram a ser concretizados.

* Especial para o JORNAL DO BRASIL